



# Anais da Assembleia

Nº 38

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 30 DE ABRIL DE 1976.

ANO II

## 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.<sup>a</sup> LEGISLATURA

### ATA DA 54.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1976.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Senhores Deputados Maurício Fruet e Jurandir Messias.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomet, Accioly Neto, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Egon Pudell, Enéas Faria, Ezequias Losso, Gabriel Manoel, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lúcio Machado, Nelson Buffara, Nilso Squarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira e Valter Pietrângelo (24); achando-se ausentes os Senhores Deputados Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Adalberto Daros, David Födermann, Edilson Alencar, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggietti Filho, Quilse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (30).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Camargo) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 327, 361 e 363/75 do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

132/75: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 64/75, encaminhando o anteprojeto de Lei Orçamental para o exercício financeiro de 1976, o qual convertido em Lei tomou o número 6.473. — Agradeça-se.

128/75: — Oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 57/75, encaminhando anteprojeto de Lei solicitando autorização mediante escritura pública de doação, reverter ao patrimônio do Município de 1.<sup>o</sup> de maio, a Data de terreno que especifica, o qual convertido em Lei tomou o número 6.760. — Agradeça-se.

158/75: — Do Senhor Deputado Maurício Fruet, que acresce do Parágrafo único que especifica, ao Art. 142 da Lei n.º 6174 de 16/11/70, o qual convertido em Lei tomou o número 6.742. Agradeça-se.

#### REQUERIMENTOS:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer após ouvido o douto plenário, seja consignado um voto de louvor ao atleta JAIRO DO NAS-

CIMENTO, pela sua estreia auspiciosa na Seleção Brasileira de Futebol, a qual obteve brilhante vitória frente à aguerrida seleção do Uruguai, em partida realizada na noite de ontem no Estádio Maracanã e válida pela Taça Atlântico, dando-se ciência do presente também ao Coritiba Futebol Clube e Federação Paranaense de Futebol, através de seus presidentes, Senhores EVANGELINO COSTA NEVES e ESPERIDIÃO FERES, respectivamente,

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

a) Nelson Buffara.

#### JUSTIFICATIVA:

O conceito de nosso Estado junto ao meio futebolístico, vem crescendo muito nos últimos anos. Prova disso, é que contamos com duas equipes disputando o Campeonato Nacional e já se pensa na inclusão de uma terceira.

Tanto o Clube Atlético Paranaense como o Coritiba Futebol Clube têm aparecido no chamado "ranking" do Futebol Brasileiro.

Na relação dos atletas que já envergaram a gloriosa jaqueta da "seleção canarinho", figuram, além de JAIRO, ainda FLECHA e ORLANDO, falando-se na possibilidade da convocação de RAUL, sendo que todos eles foram defensores de clubes paranaenses.

O Paraná, já cognominado como o "celeiro dos grandes arqueiros", já revelou para essa posição jogadores como ALFREDO GOTTARDI, internacionalmente conhecido como "Caju" ou "A Majestade do Arco", REY, RAUL, ROGÉRIO, MARCO AURÉLIO, JOEL MENDES, ADO e tantos outros consagrados atletas.

Todavia, desde a época de "Caju", para que um jogador do Paraná pudesse chegar à Seleção Brasileira, era necessário que se transferisse para um dos grandes centros futebolísticos, casos específicos de DIRCEU, o "Garoto dos Pinheiros" e do goleiro ADO, registrando-se nesse lapso a convocação do lateral NILO, que apenas chegou a treinar na equipe "canarinho".

Entretanto, pelo seu esforço pessoal e pelo apoio recebido do Clube que o acolheu em nosso Estado, JAIRO DO NASCIMENTO, que há vários anos já figura na relação dos três melhores arqueiros do País, assombrando a todos com as suas monumentais defesas e pela regularidade em suas atuações, finalmente teve sua oportunidade.

Lançado frente aos nossos tradicionais adversários, no mesmo local em que sofremos a inesquecível derrota da Copa do Mundo de 1950, e pelo mesmo score de dois tentos a um, JAIRO participou desse encontro e colaborou para a excelente vitória de nossas cores.

Já foi dito e ninguém contesta que futebol é a alegria do povo.

E todos que se entregam a este mistar, portando-se corretamente como profissionais e dedicando-se de maneira a consagrar-se nacionalmente, elevando o nome de nosso Estado junto a todos os setores esportivos, merecem a nossa homenagem.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário, desta Casa, seja consignado um voto de louvor à direção do "Diário do Paraná", na pessoa do sr. OSCAR MARTINEZ, pela instalação, nesta data, de sua sucursal na cidade de Cascavel.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1976.

a) FIDELCINO TOLENTINO

## JUSTIFICATIVA:

É fato incontestável, o grande impulso que o "Diário do Paraná", ven ganhando sob nova direção. O trabalho que vem sendo desenvolvido por essa empresa jornalística, no tocante à divulgação e atendimento à região oeste do Paraná, torna-se merecedor do reconhecimento daquela população, beneficiada por essa contínua prestação de serviços de utilidade pública, através deste seu representante.

O município de Cascavel, contando hoje com mais de duzentos mil habitantes, sente-se honrado com o prestigiamen- to de mais um órgão de imprensa de idêntico gabarito de "O Estado do Paraná", contando hoje com mais de uma sucursal instalada no oeste paranaense e aguarda que o interesse agora demonstrado pela Rede Associada, faça com que o estabeleci- mento do "Diário do Paraná", em Cascavel, seja o prenúncio de que em breve o oeste do Paraná estará contando, também, com a retransmissão dos programas da TV-Paraná Canal 6.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerroga- tivas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o ple- nário, sejam enviados ofícios ao Exmo. Sr. Dr. JAYME CANET JUNIOR, DD. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Dr. GASTÃO DE ABREU PIRES, DD. Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando sejam reajustados os níveis ini- ciais de vencimentos de funcionários dos Três Poderes.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1976.

a) FIDELCINO TOLENTINO

## JUSTIFICATIVA:

Segundo foi anunciado ontem pelo Presidente ERNESTO GEISEL, o novo índice do salário mínimo a vigorar no Paraná, será de Cr\$ 712,00.

Pelas tabelas de vencimentos em vigor, publicadas no Diário Oficial do Estado de 29 de dezembro de 1975, o nível 11 do Poder Executivo atinge apenas Cr\$ 700,00, e o nível 7 do Legislativo e Judiciário foi fixado em Cr\$ 707,00.

O reajuste pretendido tem amparo no art. 78 da Consti- tução Estadual, que determina:

"Os funcionários públicos não poderão perceber venci- mentos inferiores ao salário mínimo fixado para a Capital do Estado, observando-se, quanto aos operários dos ser- viços públicos, o salário mínimo regional".

Todavia, o mais importante do que esse reajuste é o desen- cavalamento desses níveis iniciais, pois um funcionário que in- gresse no nível 11, terá que ser promovido doze (12) vezes para ganhar a insignificante quantia de Cr\$ 31,20.

Urge, portanto, uma reclassificação geral do funcionalismo público do Estado.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Apresento a V. Exa. os indicados para integrar a COMIS- SÃO ESPECIAL que estudará a situação do "Estádio Pinheirão"

1) - NILSO ROMEU SGUAREZI

2) - LUIZ CARLOS ZUK

3) - ADALBERTO DAROS

## SUPLENTE:

1) - MUGGIATI FILHO.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1976.

a) OSVALDO MACEDO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, indica para compor a Comissão Especial que estudará o incêndio na Prefeitura de Medianeira:

ERNESTO DAL'OGGIO

Suplente:

EDILSON ALENCAR

Sala das Comissões, em 30 de abril de 1976.

a) OSVALDO MACEDO

## PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 43/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, mantidas as finalidades da escritura de doação de número 13.475, do Livro 3-M, do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comar- ca de Umuarama, as Datas números 1, 2 e 3, da quadra 9 - Zona 1 de Umuarama, pela quadra 37/3, da zona 1, de Umuarama.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

a) CIONI NETO

## JUSTIFICATIVA:

A doação anterior feita pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná ao Estado, Datas 1, 2 e 3 da Quadra 9-Zona 1, de Umuarama, não comporta o projeto realizado para a cons- trução do Centro de Saúde daquele município. Conforme expe- diente encaminhado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, ao Sr. Engenheiro-Chefe do 4º Distrito de Edificações do DEOE., anexo ao presente, houve aquiescência da mesma para a permuta que ora propomos, e que virá por certo aten- der aos interesses do Estado, e muito mais aos da comunidade de Umuarama, que, assim, em breve espaço de tempo, verá cons- truído seu Centro de Saúde.

Estas as razões do presente plano de lei que ora apresenta- mos, e que, por certo, contará com o apoio e aprovação dos nobres pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa assinala com satisfação, a presença, no plenário, dp Sr. Ademar Roesler, Vereador de Cerro Azul.

E comunica e pede aos Srs. Líderes da ARENA e MDB, que indiquem os Deputados que deverão constituir a Comissão Especial para apurar as causas da paralização da obra do Estado do Paraná, Pinheirão, e que será procedida por quatro Srs. Depu- tados da ARENA e três do MDB.

E a Comissão Especial para analisar as consequências do incêndio ocorrido nas instalações da Prefeitura Municipal de Medianeira, com a seguinte composição: Dois Deputados da ARENA e um do MDB.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pe- queno Expediente, Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Parece que a cada dia que passa, a miséria mais campeia este País. Lembro-me que um dos Presidentes da Revolução há oito anos passados, enfatizava num de seus pronunciamen- tos no Rio Grande do Sul, afirmando: "O Brasil vai bem, mas o povo vai mal".

Se analisarmos, a avançada das multinacionais neste País principalmente no setor de medicamentos, na indústria medicamentosa, verificamos que 70 por cento do povo brasileiro, que de há muito tempo não tinham condições de consultar um médico, hoje não têm condições de comprar remédios. A indústria de pneus se transformou num verdadeiro antro de agiotagem, as multinacionais dominaram e alcançaram máximo auto-domínio junto à economia popular do povo brasileiro.

Os grandes capitais que entram neste País por todos os meios e através de empréstimos, parece ser mais uma cordinha que se coloca no pescoço de 70 por cento da população nacional. E hoje, para maior decepção do trabalhador, do operário deste Brasil, verifica-se que o Decreto Governamental concederá, amanhã, 44 por cento de aumento do salário mínimo.

Perguntamos a nós mesmos, porque somente nós, sentimos o dever de responder nesta oportunidade. Será que o operário brasileiro subsistirá mais 12 meses? Porque a grande verdade é esta, verdade incontestável, verdade que vexatoriamente o povo brasileiro tem que ver com seus próprios olhos, e vermelhar seus próprios rostos, o nosso povo está morrendo de fome; o nosso povo está submisso à miséria; o povo brasileiro está desaparecendo através da miséria permanente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, somente o Supremo Governo deste Planeta Terráquio, somente Deus, poderá salvar o povo desta Nação. Porque, enquanto se esperava um decreto de salário mínimo que pudesse pelo menos amenizar a situação do trabalhador brasileiro, chegamos à triste notícia de que o operário deste País está subjugado a pelo menos 12 meses a viver com um pouco mais de 20 cruzeiros por dia.

Oxalá os dirigentes desta Nação recebam a chispa da iluminação divina para que aprendam e sintam que é dever, acima de tudo, cristão, de pensar nos seus governados.

Era só, Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tem a palavra o segundo orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, pudemos verificar que o Governo Federal, com o Ministro da Justiça, entenderam a necessidade de refazer o reajuste do salário mínimo em todo este País.

Mesmo assim, Sr. Presidente, segundo divulgou o MDB, não chega ainda a ser uma renda ao trabalhador, que seja desejada.

No entanto "mutatis mutanti", aqui no Paraná, ocorre um fenômeno interessante no mesmo setor, relativo ao servidor do Estado.

E é nesse sentido que encaminho à Mesa um requerimento para os Exmos. Governador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, solicitando que sejam reajustados os níveis iniciais de vencimento dos funcionários dos três Poderes, isto porque, segundo se observa pela tabela de vencimentos em vigor, publicada no Diário Oficial de 29 de dezembro de 1975, o nível 11 do Poder Executivo atinge apenas a 700 cruzeiros mensais e, além disto, os vencimentos do nível 1 até o nível 11 remontam à mesma importância.

Precisa-se fazer uma análise e uma reestruturação nos quadros do funcionário público do Paraná. O nível 7, por exemplo, do Poder Legislativo e do Judiciário, foi fixado em 707 cruzeiros. E este reajuste pretendido tem amparo constitucional pelo que se vê do art. 78 da Carta Magna do Estado do Paraná, que diz:

"Os funcionários públicos não poderão perceber vencimento inferior ao salário mínimo fixado para a Capital do Estado, observando-se quanto aos operários dos serviços públicos, o salário mínimo regional".

O mais importante, é que este reajuste é o desencavala-

mento desses níveis iniciais, pois o funcionário que ingressa no nível 1 terá que ser promovido 12 vezes para ganhar a insignificância de mais 31,20.

É preciso que se observe os ditames da justiça. Não só os parâmetros legais, mas que o julgador que observa o espírito da lei, observe também, quanto à sua eficácia, a aplicação equitativa de um e de outro em cada posição que este ou aquele desempenha.

No tocante ao segundo assunto, é para prestar uma homenagem ao "Diário do Paraná", Reconhece mais um órgão da imprensa que Cascavel irrefutavelmente, apesar das distorções causadas pelo Poder Público Estadual, pelo Poder Público Municipal e por todos os Poderes, com exceção parcial do Judiciário, Cascavel sofre de uma estagnação incompatível com o desenvolvimento da região.

Todavia, o testemunho do progresso, o esforço, o trabalho, a integração do homem, a dinâmica social e econômica do Estado, faz com que a imprensa reconheça a necessidade de instalações para que a região manipule também com os recursos de divulgação.

É porisso que louvo a atitude do "Diário do Paraná". e requeiro que lhe seja consignado voto de louvor pela instalação naquela cidade, de sua sucursal, o que terá oportunidade no dia de hoje.

Lamentei, profundamente, por motivo de minha presença neste plenário, não poder comparecer àquela inauguração.

Faço votos que esse organismo de imprensa divulgue e propague as potencialidades regionais que já são do conhecimento até dos governos constituídos.

Só lamento que a SANEPAR e a TELEPAR não cumpram seus programas. Sobre tudo a SANEPAR, que não tem maior responsabilidade na execução dos projetos de águas e principalmente esgoto, falecendo assim, à cidade, a oportunidade de crescimento. Inclusive a SANEPAR não permite o "habite-se" para edifício de um determinado porte, de quatro andares em diante. E com isso, está emperrando o desenvolvimento urbano de Cascavel.

Com isso, Cascavel está sendo envenenada não pelo seu próprio veneno, mas, pelo veneno da inoperância do Governo, nesses setores em especial.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel, terceiro orador inscrito.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente estamos nesta tribuna, para discorde de um colega nosso, Deputado que muito consideramos e que representa a nossa região, que, no dia 27 do corrente, pretendia endear um humilde funcionário Norisval Mendes.

Para o conhecimento da Presidência, da Casa, dos Srs. Deputados e do Norte Pioneiro, queremos dizer que esse moço, defendido ardorosamente pelo nosso companheiro, Deputado Lúcio Machado, usou da apropriação indébita, apoderando-se de um telefone da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, instalando-o em sua casa.

Segunda-feira, iremos encaminhar um requerimento à Mesa, ao qual solicitamos o apoio do nobre Deputado Lúcio Machado, a fim de investigarmos se esse telefone é mesmo de propriedade do Estado, havendo, dessa forma, apropriação indébita, embora as taxas sejam pagas pelo Sr. Norisval.

Gostaríamos de dizer também que remédios são distribuídos, sem autorização, em Ribeirão do Pinhal, pelo referido funcionário, e ele pertence ao Posto de Saúde de Quatingá.

Agora, perguntamos aos Srs. Deputados, se é possível que um homem que tem sido defendido por um companheiro nosso, possa ter um telefone da Secretaria de Saúde em sua própria residência?

Quero, neste instante, fazer um apelo ao ilustre Deputado Lúcio Machado para, juntos, investigarmos, por intermédio desta Assembléia, o procedimento desse moço que, talvez o nobre Deputado, menos avisado, vem fazendo aquela defesa brilhante, dizendo que ele é vítima. Mas, apropriação indébita deve ser investigada. Deve, esse moço, ir para Cocha Bamba para não ser julgado pela Justiça, porque não admito e não pode admitir o meu companheiro Lúcio Machado, que um funcionário da Saúde leve um telefone para sua casa, lá instale e fique 10 anos no anonimato e depois venha a dizer que o Secretário da Saúde o perseguiu.

O lugar desse moço é na cadeia, porque lugar de ladrão é na cadeia. Era isso que queria trazer, de público, a esta Casa. E mais ainda, um fato grave que ocorre com o Prefeito de Cambará. Tivemos notícia que a luz da Prefeitura foi cortada por falta de pagamento. É isso que devemos trazer a esta tribuna, para que o povo do Paraná saiba que esses moços andam por aí procurando a discórdia entre o Governador Jayme Canet e o Secretário Arnaldo Busato.

Queria pedir a S. Exa. o Sr. Deputado Lúcio Machado que junto comigo assine um pedido de informações, para ver a quem pertence o telefone que está instalado no município do nobre Deputado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell, quarto orador inscrito.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nos traz à tribuna, no dia de hoje, é para agradecer ao Exmo. Sr. Presidente da República, bem como ao Governador Jayme Canet pela decretação da criação do município de Nova Santa Rosa, desmembrado do município de Toledo, Palotina e Terra Roxa.

Sem dúvida alguma, esse novo município deverá ser colocado no conserto dos demais municípios de nosso Estado, como um município progressista, um município produtor, um município de alta rotação.

O requerimento que apresentamos no dia de hoje, está vazado nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requer seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, vasado nos seguintes termos:

Congratulamo-nos com Vossa Excelência com a assinatura da autorização presidencial criando o município de Nova Santa Rosa, desmembrado dos municípios de Toledo, Palotina e Terra Roxa.

Respeitosamente, permitimo-nos afirmar que o ato do Excelentíssimo Senhor Presidente da República representa relevante estímulo ao povo daquela região, cujo trabalho incansável, que é do conhecimento de Vossa Excelência, tornou-a singular produtora de soja e trigo, com elevado índice de suíno-cultura, cumprindo assim, com a sua parcela, as recomendações ao Senhor General Ernesto Geisel no sentido de ser desenvolvida a produção agrícola no País.

Ao finalizar, e agradecendo o decidido empenho de Vossa Excelência na criação de Nova Santa Rosa, reafirmamos a nossa convicção política, cujos princípios continuarão sendo reconhecidos pela população do novo município e subscrevemo-nos respeitosamente.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1976”.

O requerimento que pretendemos seja enviado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, está vazado nos seguintes termos: (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário,

respeitosamente, requer seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, vazado nos seguintes termos:

Congratulamo-nos e agradecemos a Vossa Excelência a assinatura da autorização de criação do município de Nova Santa Rosa — Estado do Paraná — desmembrado dos municípios de Toledo, Palotina e Terra Roxa.

Excelência, respeitosamente permitimo-nos afirmar que o ato de decretação representa relevante estímulo ao povo laborioso daquela região, cujo trabalho incansável tornou-a singular produtora de trigo, soja, com elevado índice de suinocultura, cumprindo, assim, com a sua parcela, as recomendações de Vossa Excelência, no desenvolvimento da produção agrícola.

Eis porque, Excelência, em nosso nome e em nome do Povo de Nova Santa Rosa, com o máximo respeito e altamente sensibilizados, agradecemos a criação do referido município.

Ao finalizar, e reafirmando a nossa convicção política cujos princípios continuarão sendo reconhecidos pela população de Nova Santa Rosa, subscrevemo-nos respeitosamente.

Sala das Sessões, em 30 de abril de 1976”.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Antonio Facci.

O SR. ANTONIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna hoje, apenas para dar validade ao requerimento que daremos entrada, nesta oportunidade, do seguinte teor: (lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado ao final assinado, usando das prerrogativas regimentais, ouvido o Plenário, requer o envio de Ofício ao Exmo. Sr. Diretor Superintendente da Telepar, solicitando urgentes providências no sentido de dotar a sede do distrito de Sarandi, município de Marialva, um posto de telefone público, para atender as necessidades da população daquele distrito.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1976.

JUSTIFICATIVA:

O distrito de Sarandi, município de Marialva, tem desenvolvido de maneira extraordinária por sua privilegiada situação geográfica, embora pertencendo ao município de Marialva, é localizado junto à planta urbana da cidade de Maringá, conseqüentemente, recebe a preferência de grande parte de operários maringenses para fixarem suas residências. Os novos loteamentos surgiram e o pequeno distrito transforma-se rapidamente.

Julgamos que a pretensão do laborioso povo terá fácil condição de atendimento, já que algumas residências da sede do distrito, já estão sendo atendidas pela rede urbana de telefonia de Maringá, o que, inegavelmente, facilitará a instalação de um posto de telefone público, também ligado à mesma rede.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): “O Ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, ao anunciar ao País os novos índices mínimos de salário ao trabalhador brasileiro, com vigência no dia de amanhã, 01 de maio, cumpriu uma antiga rotina brasileira de oferecer ao trabalho, de ano em ano, a reavaliação de seu salário que recuperaria o seu valor aquisitivo com a aplicação dos índices de cálculos dos tecnocratas daquela Pasta.

Perguntaria, o Deputado de Oposição, desta tribuna, se esse salário resolve o problema brasileiro de distribuição de renda?

Sabem, tanto os Deputados da ARENA como do MDB, que o SALÁRIO-MÍNIMO é um simples paliativo que diminui a

dor, mas não cura.

O salário do trabalhador brasileiro, infelizmente, continua a refletir o estado de desamparo em que estão milhares de assalariados que não contam nem com as condições mínimas de sobrevivência, pela ausência de sensibilidade dos próprios responsáveis pelo setor, que ainda não entenderam que o Brasil necessita de uma nova sistemática de relacionamento **Capital/Trabalho**, pois a política de salário-mínimo herdada do Brasil pré-revolucionário, continua se constituindo numa política dissociada da nossa realidade onde os cálculos para a determinação de um salário-mínimo, não estão voltados para a necessidade, para a necessidade desse **trabalhador sobreviver**.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero citar aqui nesta Casa, o jurista mexicano Mário La Cueva, que em sua obra de aceitação internacional, "Derecho Maxicano del Trabajo" assim se refere ao homem:

"A pessoa do homem deve ser considerada uma finalidade em si mesma, com a prerrogativa de sobreviver, mas de sobreviver em condições de dignidade, abaixo das quais a existência se torna intolerável.

Cada vez mais a organização justa da comunidade se prende à melhor distribuição das riquezas, das oportunidades e do conforto criado pela civilização. Somente quando satisfazer essas necessidades mínimas dos indivíduos a comunidade será justa, quer no que se refere à sua estrutura e ao seu funcionamento, quer quanto aos seus próprios fins".

Estaria o homem, o homem brasileiro, o trabalhador, sua esposa, seus filhos, protegidos dentro da nossa sociedade com a simples reavaliação salarial sempre distorcida pelo tecnocrismo dos insensíveis que ainda não conseguiram entender que o erro essencial reside na filosofia global?

Teriam entendido, os responsáveis pela política de simples cálculo de hipotéticos percentuais, que, importante para o equilíbrio da sociedade brasileira não é simplesmente dar a cada um o que é seu, mas fundamental dar a cada um o que não é seu?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Presidente Ernesto Geisel tem se referido à distribuição de renda deste País, como o grande desafio da Revolução de Março de 1964.

Não é apenas o grande desafio mas principalmente a grande frustração que o Governo da ARENA vem oferecendo ao povo brasileiro, pois as oligarquias que povoam o Partido situacionista e que influem na sua filosofia de ação, estão ainda carregadas pelos vícios que têm suas origens anteriormente à Revolução de 30, que ganharam proporções no Estado Novo e que ainda não conseguiram receber os ares de renovação tão importantes para a recente transformação sofrida pelos mais tradicionais países europeus e que vem sendo motivo de modificações estruturais nos Estados Unidos.

Concordamos que até os paliativos são necessários diante da possibilidade do trabalhador ficar diante da inviabilidade de sua sobrevivência. Não entendemos a eternização do uso destes paliativos num País que vive há doze anos em processo revolucionário, que vive há doze anos o autoritarismo do Executivo sobre os demais Poderes, e não consegue oferecer à sua massa trabalhadora um horizonte que represente o bem estar dos indivíduos dentro da comunidade, como imposição da felicidade geral do povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não sou um Deputado eleito, como a maioria dos emedebistas brasileiros, com votos dos grandes centros urbanos, pois minhas origens estão na área rural, onde predomina ainda o medo do homem do campo, vítima desde os tempos do Brasil Colônia da má distribuição da terra, do retorno à escravidão, pois, o rebaixamento sofrido pelo homem do campo na sua condição social, hoje se assemelha à situação dos primeiros trabalhadores do campo deste País, os escravos importados pelos nossos descobridores e que eram como hoje são, os bóias-frias do meu querido Norte do Paraná,

homens-objetos definidos internacionalmente pelos catedráticos de biologia e, que infelizmente têm seus exemplos vivos tão perto de áreas que geram e gerarão riquezas neste meu Estado, tão rico e tão poderoso.

Precisamos, Srs. Deputados, às vésperas deste 01 de Maio, insistir que de nada adiantarão modelos econômicos, e modelos políticos para o nosso país se não existir neste Brasil —, aqui mesmo, por que não, aqui mesmo nesta Assembléia, o início da pregação de inovações radicais em relação ao passado, inovações que aceitem o trabalhador brasileiro como homem e não como objeto, como brasileiro, nosso irmão, nosso companheiro, na mesma luta por uma sociedade onde a distribuição de riquezas faça com que o rico continue rico, mas deixe que o pobre participe, ao menos daquele percentual que sua dignidade exige, desta riqueza.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Neste primeiro de maio que está chegando, que representa a homenagem universal ao trabalhador, estamos lendo nos jornais, ouvindo no rádio e na televisão, as palavras dos homens que dirigem este País.

Eles falam em justiça social, em distribuição de riquezas, em participação das classes humildes no desenvolvimento do País. Não nego, como Deputado de oposição que sou, meu ceticismo diante de todas estas palavras que apenas servem para justificar uma mudança de valores que não representa absolutamente nada em termos de evolução do trabalhador dentro da comunidade brasileira.

Apenas quero deixar aqui como homenagem ao trabalhador brasileiro, meu apelo, pois parece que ao legislador brasileiro só restam as prerrogativas de apelar aos homens e rezar a Deus para que os teóricos da Revolução Brasileira, de cuja inteligência eu não duvido, olhem com carinho para o nosso povo, para o nosso trabalhador, sua esposa e seus filhos.

E depois, calculando o que este trabalhador poderá oferecer à sua família com os novos salários que receberá a partir de amanhã, tirem as suas conclusões e raciocinem se o modelo brasileiro está certo ou se é, infelizmente, para os humildes, uma cópia infeliz do mesmo Brasil de tantos e tantos anos de amargura e de sobrevivência".

São estas as nossas palavras.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo). Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 24 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado João Cioni Netto, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado**. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados, apenas em fase de discussão.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 03/76, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — Em discussão. — **Encerrada a discussão**.

Redação final do Projeto de Resolução nº 03/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 07 de janeiro de 1976, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de Engenheiro Beltrão, objetivando a construção de prédio destinado a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido muni-

cípio.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente  
Francisco Escorsin — relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 11/76, que aprova termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Cambira, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, na sede do referido município. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 11/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Cambira, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente  
Francisco Escorsin — relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 13/76, que aprova termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, objetivando desenvolvimento de um programa especial de Pesquisa conforme especifica. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 13/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o termo de convênio celebrado em 23 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná, objetivando o Desenvolvimento de um Programa Especial de Pesquisa, visando seu fortalecimento e a busca à identificação de novas técnicas de produção.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente  
Francisco Escorsin — relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 14/76, que aprova o termo de convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, objetivando prosseguimento dos trabalhos ligados ao Programa de Defesa Sanitária Vegetal e ao Sub-Programa Erradicação do Cancro Cítrico, no Estado. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 14/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 23 de junho de 1975, entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado do Paraná, objetivando o prosseguimento dos trabalhos ligados ao programa de Defesa Sanitária Vegetal, e ao Sub-programa Erradicação do Cancro Cítrico, no Estado.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua

publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente  
Francisco Escorsin — relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução nº 15/76, que aprova termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Adrianópolis, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Bom Jesus e o Ginásio Estadual Dr. Saddock de Sá, na sede do referido município. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 15/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1º — Fica aprovado o convênio celebrado em 29 de setembro de 1975, pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração, com o município de Adrianópolis, objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Bom Jesus e Ginásio Estadual Dr. Saddock de Sá, na sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente  
Francisco Escorsin — relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 290/73, que atualiza a estrada que liga Cerro Azul a Sengés, via Vila Varzeão. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Redação final do Projeto de Lei nº 290/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga os municípios de Cerro Azul a Sengés, via Vila Varzeão.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente  
Francisco Escorsin — relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 153/74, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Ação Maçônica Abraham Lincoln — AMAL, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Redação final do Projeto de Lei nº 153/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Ação Maçônica Abraham Lincoln — AMAL, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente  
Francisco Escorsin — relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 72/75, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, a estrada de rodagem que liga o município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Redação final do Projeto de Resolução nº 72/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhorias, a estrada de rodagem que liga o município de Capitão Leônidas Marques à cidade de Cascavel.

Art. 2º — A despesa com execução da presente Lei, correrá à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente  
Francisco Escorsin — relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 149/75, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, todas as áreas do Território Paranaense cobertas por matas virgens e dá outras providências. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Redação final do Projeto de Lei nº 149/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica autorizado o Poder Executivo, a declarar de utilidade pública, por meio de Lei Ordinária, todas as áreas do território paranaense, cobertas por florestas virgens.

Art. 2º — Para atender ao dispositivo anterior, poderá o Poder Executivo utilizar recursos orçamentários específicos, a fim de garantir, com pessoal e equipamentos, a integridade dessas florestas em estado natural.

Art. 3º — O Poder Executivo não poderão dispor, utilizar ou conceder essas áreas, sem prévia autorização da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 4º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente  
Francisco Escorsin — relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei nº 173/75, que declara de utilidade pública a Sociedade Esportiva, Recreativa, Beneficente Primavera de Enéas Marques, com sede na cidade de Enéas Marques. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Redação final do Projeto de Lei nº 173/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Esportiva, Recreativa, Beneficente Primavera de Enéas Marques, com sede na cidade de Enéas Marques.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1976.

(aa) Basílio Zanusso — presidente  
Francisco Escorsin — relator

**O SR. PRESIDENTE** — (Paulo Camargo). Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Nilso Squarezzi, Luiz Carlos Zuk e Adalberto Daros, e suplente o Sr. Deputado Muggiati Filho, para integrarem a Comissão Especial que estudará a situação do "Estádio Pinheirão". — **Ao Departamento Legislativo. — Divisão das Comissões, para anotar.**

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Osvaldo Macedo, líder do MDB, indicando os nomes dos Srs. Deputados Ernesto Dal'Oglio e Edilson Alencar, para suplentes da Comissão Especial que estudará as causas e conseqüências do incêndio que des-

truiu o prédio da Prefeitura Municipal de Medianeira. — **Ao Departamento Legislativo — Divisão de Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao atleta Jairo do Nascimento pela sua estréia na Seleção Brasileira de Futebol. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, congratulando-se pela assinatura, pelo Sr. Presidente da República, da autorização presidencial criando o município de Nova Santa Rosa. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da República, em forma de voto de congratulações e agradecimentos pela assinatura da autorização da criação do município de Nova Santa Rosa, desmembrado dos municípios de Toledo, Palotina e Terra Roxa. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que sejam reajustados os níveis iniciais de vencimentos de funcionários dos Três Poderes. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao "Diário do Paraná", pela instalação de sua sucursal na cidade de Cascavel. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Facci, lido da tribuna, solicitando seja oficiado a TELEPAR, no sentido de dotar a sede do distrito de Sarandi, município de Marialva, um posto de telefone público. — Em discussão. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 3, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia.

Levanta-se a sessão.

## DECRETOS LEGISLATIVOS:

Decreto Legislativo nº 255/76

**A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 546/76, de 27 de janeiro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MAI FAIR PERINE, matrícula 187, ocupante do cargo de nível PL "20", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e 07 de março de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1970 e 1971, contadas em dobro; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei a partir de 07 de janeiro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos

legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente  
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário  
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 256/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1341, de 05 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder, nos termos do art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a ERNESTO GOMES CORDEIRO, matrícula 151, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 04 de janeiro de 1976; data em que completou trinta e três (33) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente  
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário  
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 257/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 1406, de 08 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder, a LUIZA ZACK VIANTE, matrícula 213, ocupante do cargo de nível PL "17", da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 07 de maio de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente  
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário  
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 258/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 422/76, de 22 de janeiro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ANTONIO CARLOS ITIBERÊ DA CUNHA, matrícula 143, ocupante do cargo de Diretor Adjunto, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1974 e 1975, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio vencido em 22 de novembro de 1973; e,

III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com a mesma lei 6174, a partir de 11

de outubro de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 13/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — presidente  
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário  
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 259/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

Art. 1º — A dotação do item "1" — Administração Deputados, no elemento 3.1.4.0.0.3 — ENCARGOS DIVERSOS, subelemento 3.1.4.0.0.3 — Representações, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens, consignada no artigo 3º do Decreto Legislativo nº 30/76 e artigo 1º do Decreto Legislativo nº 129 de 16 de março de 1976, passa a ser de Cr\$ 1.377.000,00 (hum milhão, trezentos e setenta e sete mil cruzeiros).

Parágrafo único — O item "a" do § 2º do artigo 3º do Decreto Legislativo nº 30/76 e artigo 2º do Decreto Legislativo nº 129/76, passa a ser consignado o valor de Cr\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil cruzeiros).

Art. 2º — A dotação do item "1" — Administração Deputados, no elemento 3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS, subelemento 3.1.3.0.02 — Passagens, Transportes de Pessoas e de suas Bagagens, consignada no Decreto Legislativo nº 30/76, passa a ser de Cr\$ 4.082.940,00 (Quatro milhões, oitenta e dois mil e novecentos e quarenta cruzeiros).

Art. 3º — Ficam alocados recursos no elemento 3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS, nos termos do Decreto Legislativo nº 30/76, em subelementos e itens abaixo discriminados:

10 — Serviços Telefônicos, Telegráficos, Radiográficos, Postais e Assinaturas de Caixas Postais.

1 — Administração Deputados . . . . . Cr\$ 648.000,00

11 — Aluguel e Arrendamento de Imóveis, Foro e Despesas de Condomínio.

1 — Administração Deputados . . . . . Cr\$ 1.296.000,00

Art. 4º — Alterar o artigo 2º do Decreto Legislativo número 30/76, no que abaixo se discrimina:

02 — DESPESAS VARIÁVEIS

01 — Subsídios Variáveis dos Deputados . . . . .

. . . . . Cr\$ 7.450.000,00

06 — Ajuda de Custo . . . . . Cr\$ 2.000.000,00

Art. 5º — Esta Decreto entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14/04/76.

(aa) Paulo Affonso Alves de Camargo — Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima — 1º secretário  
Maurício Roslindo Fruet — 2º secretário

Decreto Legislativo nº 260/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 2269, de 30 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo 2º, da Lei número 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LINDAMIR DOS SANTOS, matrícula 536, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1966, 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 261/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1554/76, de 10 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo artigo segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO, matrícula 215, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 262/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1652/76, de 15 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo Segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ FERNANDO FLORES, matrícula 481, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de sete (07) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973, 1975, 1967 e quinze (15) dias de 1972, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 263/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2233/76, de 30 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de ACIR TEIXEIRA, matrícula 108, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 264/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1290/76, de 25 de fevereiro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de MOACIR JORGE NARDI, matrícula 081, ocupante do cargo de nível PL"29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973, 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 265/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2198/76, de 26 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de SEVERO OLIMPIO SOTTO MAIOR, matrícula 434, ocupante do cargo de nível "PL 27", da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 266/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1536/76, de 10 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de LUCY DE MELLO KEINERT, matrícula 300, ocupante do cargo de nível PL"25", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1974, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 267/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2344/76, de 31 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975,

em favor de SILVIA PEIXOTO GRANADO, matrícula 227, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 268/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1393/76, de 5 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de ALMIR DE OLIVEIRA SANTOS, matrícula 190, ocupante do cargo de nível PL"17", da Série de Classes de Auxiliar Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 269/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1309/76, de 26 de fevereiro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de ANTONIO GARCIA, matrícula 020, ocupante do cargo de nível PL"30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 270/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1866/76, de 18 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de JOSÉ DE ARIMATHÉA CLETO, matrícula 124, ocupante do cargo de nível PL"29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 271/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 177/76, de 15 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de RONALDO BAPTISTA, matrícula 430, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", de 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 272/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 31/76, de 5 de janeiro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos artigos segundo e quarto, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JORGE ASSAD MANSUR, matrícula 278, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1974, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço Público, o tempo de (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 30 de março de 1964 e 30 de setembro de 1973, antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1970, 1971 e 1972, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 273/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2114/76, de 24 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de MARIA DOLORES TULIO BARVIK, matrícula 216, ocupante do cargo de nível PL"17", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 274/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1548/76, de 10 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de LUIMIR AMORIN PEREIRA, matrícula 249, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 275/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1403/76, de 8 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de JORGE KUDRI, matrícula 286, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 276/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1656/76, de 15 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de CLEIDE ANGELINA MOLINARI DA SILVA, matrícula 416, ocupante do cargo de nível PL"19", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 277/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado

sob o n.º 1361/76, de 4 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Artigo segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ CARLOS MOLINARI, matrícula 090, ocupante do cargo de nível PL"21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 278/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1361/76, de 4 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de NORMA BUEST ROSÁRIO, matrícula 294, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 279/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1549/76, de 10 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de WILSON KAIEL, matrícula 436, ocupante do cargo de nível PL"25", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 21 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 3.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 280/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1487/76, de 09 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder, com base no Art. 247, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a IVETE HENEQUEM DRANKA, matrícula 155, ocupante do cargo de nível PL"16", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, seis (06) meses de licença especial em virtude de

não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 02 de abril de 1968 e igual data de 1976".

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 281/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1076/76, de 16 de fevereiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, nos termos do Art. 247, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a JOANA DE LIMA, matrícula 558, ocupante do cargo de nível PL"15", de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, seis (06) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 13 de janeiro de 1968 e igual de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro" em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 282/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1843/76, de 18 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Artigo quarto, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de BELKIZ FERNANDES, matrícula 385, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1973 e 1974, que deixou de gozar; e, II - conceder, de acordo com o Art. 247, da citada Lei 6174, seis (06) meses, de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 19 de março de 1965 e 19 de julho de 1974 antecipado em razão das férias relativas aos anos de 1967, 1972, 1973 e 15 dias das férias de 1969 e 1970, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 283/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1686/76, de 14 e 26 de janeiro de 1976, e o último de 15 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos Arts. segundo e quarto, da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de JOAQUIM ANTONIO RODRIGUES, matrícula 311, ocupante do cargo de nível PL"22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da

Secretaria desta Assembléia, o tempo de oito (08) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1971, 1972, 1973 e 1975, que deixou de gozar;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais; de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 18 de janeiro de 1968 e 18 de janeiro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1967, 1970 e 1971, contadas em dobro; e, III - acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 18 de janeiro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 284/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2043/76, de 23 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a JONAS DE SOUZA PORTO, matrícula 514, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 12 de maio de 1972, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 285/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2149/76, de 24 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a JOUBERTH DA SILVA SANTOS, matrícula 037, ocupante do cargo de nível PL"18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 28 de janeiro de 1974, data em que completou dez (10) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 286/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 649/76, de 30 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AGILDES DE OLIVEIRA, MARTINS, matrícula 355, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 22 de janeiro de 1972 e 22 de janeiro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1974, contadas em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 287/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 93/76, de 7 de janeiro de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, em favor de MIGUEL JORGE NASSAR NETO, matrícula 465, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta assembléia, o tempo de dois (02) meses, relativo ao dobro das férias referentes a 1974, deixadas de gozar, nos termos do Art. quarto, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 288/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1479/76, de 09 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a ROGIANO KARPEN, matrícula 307, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, a partir de 01 de maio de 1975, data em que completou vinte (20) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte por cento de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 289/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1643/76, de 12 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder, a LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS, matrícula

145, ocupante do cargo de nível PL"30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 16 de junho de 1975, data em que completou quinze anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 290/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.ºs 424 3 1785/76, de 22 de janeiro e 16 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

I - retificar o Decreto Legislativo N.º 224/73, de 04 de abril de 1973, para declarar que o tempo de um (01) ano e sete (07) dias, compreendido entre 25 de janeiro de 1950 e 02 de fevereiro de 1951, em que ARY NATAL CHEMIN, matrícula 297, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, prestou serviço militar obrigatório, é contado para todos os efeitos legais, e não como consta naquele ato;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro decênio, compreendido entre 01 de abril de 1952 e igual data de 1962; e,

III - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 13 de outubro de 1974, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 291/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1380/76, de 5 de março de 1976, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2.º da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAN, matrícula 096, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente

Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário

Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

Decreto Legislativo N.º 292/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGIS-

LATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 2237/76, de 30 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de LENY SABOIA, matrícula 127, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1972, 1973 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

**Decreto Legislativo N.º 293/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1559/76, de 10 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder, a LUIZ CARLOS MOLINARI, matrícula 090, ocupante do cargo de nível PL"21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o acréscimo quinquenal de mais cinco por cento, sobre seus vencimentos, a partir de 8 de março de 1976, data em que completou quinze anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

**Decreto Legislativo N.º 294/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 820/76, de 06 de fevereiro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LUCIANO LACERDA FILHO, matrícula 279, ocupante do cargo de nível PL"27", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar;

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 14 de maio de 1967 e 14 de setembro de 1971, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas ao ano de 1970, contadas em dobro; e,

III - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei 6174, a partir de 14 de julho de 1975, data em que completou quinze anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

**Decreto Legislativo N.º 295/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1746/76, de 16 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I - mandar retificar o ítem I, do Decreto Legislativo 550/75, de 18 de julho de 1975, para declarar que o tempo contado pelo mesmo, em favor de JULIO XAVIER VIANNA, matrícula 012, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, compreendido entre 01 de janeiro de 1941 e 25 de setembro de 1943, e entre 25 de setembro de 1944 e 31 de janeiro de 1945, é de três (03) anos e um (01) mês, e não como consta naquele ato;

II - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelos artigos segundo e quarto, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1973 e 1975, que deixou de gozar; e,

III - conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da citada Lei 6174, a partir de 29 de maio de 1975, data em que completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

**Decreto Legislativo N.º 296/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta dos processos protocolados sob os n.ºs 240 e 241/76, de 14 de janeiro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de LUIZ CARLOS CARON GROSSI, matrícula 464, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos anos de 1972, 1973 e 1975, que deixou de gozar; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei 6174, a partir de 24 de julho de 1975, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1.º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2.º Secretário

**Decreto Legislativo N.º 297/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 1711/76, de 16 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

I - retificar "ex-officio" o ítem II, do Decreto Legislativo n.º 235, de 17 de maio de 1972, para declarar que o acréscimo

de mais cinco por cento sobre os vencimentos de LEONILDO MARCHIORO, matrícula 376, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, é a partir de 10 de fevereiro de 1972, e não como consta naquele ato; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco (05) por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 10 de fevereiro de 1976, data em que completou quinze (15) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze (15) por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

#### Decreto Legislativo Nº 298/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1299/76, de 26 de fevereiro de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 4º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de RUI FERRAZ DE CARVALHO, matrícula 017, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1973, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

#### Decreto Legislativo Nº 299/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1846/76, de 18 de março de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ROBERTO DINIZ SATYRO, matrícula 255, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

#### Decreto Legislativo Nº 300/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1501, de 09 de março de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SIOMARA LOPES GOMIDE, matrícula 446, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente

ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

#### Decreto Legislativo Nº 301/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1351/76, de 04 de março de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de ISRAEL DINIZ, matrícula 069, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

#### Decreto Legislativo Nº 302/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1624, de 11 de março de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de DELTA DE ALMEIDA CARDOSO, matrícula 233, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

#### Decreto Legislativo Nº 303/76

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1865/76, de 18 de março de 1976, deste Poder,

#### R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1976, em favor de NORBERTO HUSCH, matrícula 520, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973, 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

- / - / - / - / - / - /

**Decreto Legislativo Nº 304/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1912/76, de 19 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 15 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de VIDAL VANHONI, matrícula 019, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 305/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2005/76, de 22 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150 da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de JOÃO ALBERTI ANDRETTA, matrícula 076, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao exercício de 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 306/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1934/76, de 19 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, alterado pelo Art. 2º da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AYRTON PRECOMA, matrícula 511, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro das férias relativas aos exercícios de 1973, 1974 e 1975, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 27 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 307/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2293/76, de 30 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder, nos termos do parágrafo único do Art. 247, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a SILVIA PEIXOTO GRANADO, matrícula 227, ocupante do cargo de nível PL "19", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo

Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1968 e igual data de 1973.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de abril de 1976.

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 308/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1416/76, de 08 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder, nos termos do parágrafo único, do Art. 247, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a SALOMÃO DE SOUZA ANDRADE, matrícula 405, ocupante do cargo de nível PL "18" da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 28 de janeiro de 1963 e igual data de 1968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de abril de 1976

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário.

**Decreto Legislativo Nº 309/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 2173/76, de 25 de março de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder, nos termos do parágrafo único do Art. 247, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a NELSON ANDRÉ DE ARAUJO, matrícula 544, ocupante do cargo de nível PL "19" da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 07 de maio de 1962 e igual data de 1967.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de abril de 1976

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário

**Decreto Legislativo Nº 310/76**

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1139/76, de 19 de fevereiro de 1976, deste Poder,

**R E S O L V E:**

conceder, nos termos do Art. 247, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a IGNEZ LITZA LESNIEWSKI, matrícula 202, ocupante do cargo de nível PL "18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) meses de licença especial, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio compreendido entre 07 de janeiro de 1963 e igual data de 1968.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 28 de abril/76

- aa) Paulo Affonso Alves de Camargo - Presidente  
Aguinaldo Pereira Lima - 1º Secretário  
Maurício Roslindo Fruet - 2º Secretário